

# As burguesias brasileira e chilena e a integração regional <sup>1</sup>

## *Brazilian and Chilean bourgeoisie and regionalism*

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v5.n1.p47](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5.n1.p47)

Tatiana Berringer <sup>2</sup>

Anna Kowalczyk <sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo apresenta uma análise das relações existentes entre os blocos no poder e as políticas de integração regional dos Estados brasileiro e chileno. Interessamos compreender quais os interesses de classe e frações de classes dominantes que influenciaram os projetos de integração regional na América do Sul, em especial, o Mercosul e a Aliança para o Pacífico. A hipótese que defendemos, tendo como base a caracterização das frações burguesas em formações sociais periféricas e as suas relações com o capital externo desenvolvida por Nicos Poulantzas, é que no Chile a fração hegemônica no interior do bloco no poder é a burguesia compradora – fração dependente do mercado internacional – e no Brasil, a fração que ocupou posição importante até 2014 é a grande burguesia interna – fração que é dependente financeira e tecnologicamente do capital externo, mas cuja produção e investimentos são voltados para o mercado interno e regional. Por isso, o projeto de integração regional do Estado chileno é o *regionalismo aberto*, enquanto o Mercosul apontou para um projeto de integração multidimensional (frágil e inconcluso).

**Palavras-chave:** Burguesia; Brasil; Chile; integração regional; Nicos Poulantzas.

### ABSTRACT

The paper analyses the relationship between the power blocs and regional integration policies of the Brazilian and Chilean States. We are interested in understanding how the interests of dominant classes and class fractions influence regional integration projects in South America, such as Mercosur and the Pacific Alliance. Our hypothesis is based on the characterization of bourgeois fractions in peripheral social formations in relation to foreign capital, developed by Nicos Poulantzas. In Chile the hegemonic fraction within the power bloc is the comprador bourgeoisie – fraction dependent principally on the international market – and in Brazil, the fraction which had occupied important position until 2014 is the interior bourgeoisie – fraction that is dependent on foreign capital in terms of finance and technology, but it depends on the domestic and the regional markets. Therefore, the regional integration project of the Chilean state is open regionalism, while Mercosur is a multidimensional integration project (fragile and unfinished).

**Keywords:** bourgeoisie; Brazil; Chile; Poulantzas; regional integration

1. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada na mesa coordenada pela Associação Brasileira de Ciência Política durante o encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais em 2015

2. Professora de Relações Internacionais na UFABC. Doutora em Ciência Política pela Unicamp. Integrante do grupo “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil (Cemarx) coordenado pelo Prof. Armando Boito Jr da Unicamp. Contato: [berringer.tatiana@ufabc.edu.br](mailto:berringer.tatiana@ufabc.edu.br)

3. Professora na Universidad Alberto Hurtado, Santiago de Chile. Doutora em Ciência Política. Integrante do grupo: “El Estado en América Latina: logros y fatigas de los procesos políticos en el nuevo siglo” coordenado pela Profa. Mabel Thwaites Rey da Universidade de Buenos Aires. Contato: [ania\\_kowalczyk@hotmail.com](mailto:ania_kowalczyk@hotmail.com).

## Introdução

Este artigo analisa a relação entre as frações de classes dominantes e os processos de integração regional levados a cabo pelos Estados brasileiro e chileno no início dos anos 2000 (até 2016). Interessa-nos entender quais os interesses das burguesias hegemônicas no interior do bloco no poder que levaram à formação da Aliança para o Pacífico e às mudanças do caráter da do Mercosul nesse período. Consideramos que o Mercosul transitou de regionalismo aberto para o “novo regionalismo” ou regionalismo multidimensional<sup>4</sup> (frágil e inconcluso), e vem sofrendo alterações com a virada política a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, e a Aliança para o Pacífico se consagrou como modelo de *regionalismo aberto*<sup>5</sup>. Utilizamos os conceitos de burguesia interna e compradora, elaborados pelo intelectual marxista greco-francês Nicos Poulantzas, para pensar a relação das frações hegemônicas nessas formações sociais e suas relações com os projetos de integração regionais. A hipótese que defendemos é que no Chile a fração hegemônica no interior do bloco no poder é a burguesia compradora – fração dependente do mercado internacional – e no Brasil, a fração que ocupou posição importante até 2014 é a grande burguesia interna – fração que é dependente financeira e tecnologicamente do capital externo, mas cujo produção e investimentos são voltados para o mercado interno e regional.

O texto se divide em quatro partes. A primeira é essa breve introdução, na segunda parte apresentamos o nosso aporte teórico, buscando destacar que nos inserimos na subárea de estudos das relações internacionais de análises de política externa (APEX), e, apresentamos a abordagem marxista de inspiração poulantziana para esses estudos. Na terceira e na quarta parte analisamos cada um dos casos: Brasil e Chile e a relação entre as burguesias e os processos de integração regional. Na conclusão, buscamos traçar paralelos entre os dois casos estudados e trazemos alguns apontamentos sobre como está se dando o processo de aproximação entre o Mercosul e a Aliança para o Pacífico desde a virada política com o golpe no Brasil e a eleição de Macri na Argentina.

## O aporte teórico

As análises de política externa (APEX) se diferem da teoria realista de relações internacionais ao não aceitarem a ideia de interesse nacional como algo estático e que vise unicamente garantir a segurança e a defesa do Estado no ambiente internacional. Enfatizam a existência da relação indissociável entre a política externa e a política doméstica, contrapondo-se ao tratamento diferenciado conferido ao ambiente interno e ao cenário internacional. Também questionam as ideias de Estado enquanto ator monolítico e racional e de interesse nacional como interesse geral determinado em termos de poder, e incorporam elemento como o papel das burocracias, o perfil das lideranças, a influência dos regimes políticos, a disputa entre grupos de interesse, entre outros.

A nossa perspectiva parte da problematização colocada pelas APEX sobre Estado, interesse nacional e a relação entre a política externa e a

4. A ideia de Mercosul multidimensional baseia-se na assertiva de que o modelo de integração que o bloco adotou desde 2003 tinha como pressuposto a integração inclusiva: modelo de desenvolvimento econômico e social que promoveria a diversificação produtiva e de comércio, aliado às políticas de inclusão social ampla, com distribuição de renda e aprofundamento das democracias (Pereira, 2014).

5. Regionalismo aberto foi a estratégia de integração defendida pela Cepal nos anos 1990. A ideia é que houvesse uma articulação entre a liberalização comercial e a integração regional, visando inserir as economias locais à economia mundial, através do tratado de livre-comércio como o Tratado Norte Americano de Livre Comércio – NAFTA (CEPAL, 2000).

doméstica, centrando-se na disputa entre classes e frações de classe na definição das preferências e ações da política internacional do Estado. Interessamos compreender quais os interesses de classe que influenciam a orientação da política externa de um Estado (BERRINGER, 2015). Utilizamos o instrumental teórico sistematizado pelo marxista greco-francês Nicos Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* (1977) e em *Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (1978). Buscamos identificar qual as frações hegemônicas do bloco no poder<sup>6</sup> no interior de cada formação social para analisar a posição do Estado na estrutura de poder internacional. Essa posição determina os Estados parceiros, as alianças e os blocos regionais prioritários, e o caráter dos processos de integração regional levado a cabo pelo Estado (se regionalismo aberto, integração multidimensional, intergovernamentalismo, etc).

Para Poulantzas, nas formações sociais periféricas, as frações de classe dominantes podem assumir três tipos de clivagens, que decorrem do processo de acumulação de capital na esfera internacional e da posição política e ideológica face ao imperialismo. O autor visava compreender qual a função que as burguesias industriais e de serviços das formações sociais periféricas na Europa, que se formaram no processo de internacionalização nos anos 1970, desempenhavam. Assim, levando em conta o estágio atual acumulação capitalista mundial, especialmente o processo de internacionalização produtiva, Poulantzas define a existência de três frações de classe nas formações sociais periféricas: a *burguesia compradora* dependente dos mercados internacionais para as suas atividades (por exemplo: exportações, bancos e finanças); a *burguesia interior* cuja produção é voltada ao mercado interno, mas, também é dependente do capital internacional no que tange à tecnologia e investimentos; a *burguesia nacional* que não é dependente do capital internacional (hoje em dia essa burguesia é quase inexistente). A relação dessas frações das classes dominantes com o capital internacional está ligada à relação delas com as classes populares: a burguesia compradora, dada a sua dependência do mercado internacional, não tem interesse no desenvolvimento do poder aquisitivo do mercado doméstico nem no chamado “bem-estar social”, portanto, é muito pouco provável que se disporia a realizar concessões às classes populares; a burguesia nacional como é dependente do mercado doméstico, é, portanto, mais tendente a construir alianças com as classes populares contra a burguesia compradora e contra o imperialismo; e a burguesia interna se coloca entre essas duas, podendo, mesmo que inconscientemente fazer parte de frentes políticas com setores populares a fim de garantir a proteção do Estado diante do capital externo, sem que para isso seja necessário uma postura anti-imperialista (POULANTZAS, 1978).

As reflexões de Poulantzas tiveram como pano de fundo a análise do capitalismo europeu e a sua relação com os Estados Unidos. Apesar das diferenças temporais e mesmo das especificidades e dos diferentes graus de desenvolvimento do capitalismo, acreditamos que essas caracterizações são úteis para analisarmos a relação entre os blocos no poder e o capital externo na América do Sul. Neste artigo nos ocupamos com dois casos: o bloco no poder no Chile e o bloco no poder no Brasil. A escolha desses casos se deve ao fato de que aparentemente refletem confi-

6. Bloco no poder é um conceito elaborado por Nicos Poulantzas para indicar a unidade contraditória entre as classes e frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma delas. Parte da concepção de que a burguesia é cindida em frações de classe dada à competitividade entre os diferentes setores da economia e das esferas da produção, essa disputa as incapacita de se auto-organizarem, é, portanto, o Estado quem organiza o bloco no poder, ademais de dividir as classes populares. As políticas estatais (financiamento, câmbio, etc) funcionam como efeitos pertinentes para a aglutinação de diferentes setores em frações de classe, tomando em conta as demandas populares com o propósito de assegurar a hegemonia. A determinação de classe se realiza através das esferas econômicas, políticas e ideológicas, e a luta de classes acontece em dois momentos: a luta pela disputa de poder do Estado (momento revolucionário) e a luta pela distribuição da riqueza. É sobre esta que focamos a nossa análise.

gurações distintas dos blocos no poder, que explicariam as diferenças nas orientações das políticas externas desses Estados, e mais especificamente, nos diferentes processos de integração regional, a saber: o Mercosul e a Aliança para o Pacífico.

Veamos abaixo a análise de cada um dos dois casos.

#### Brasil: bloco no poder e política externa.....

Nos anos 2000, em especial, durante os governos Lula e Dilma (2003-2016) a grande burguesia interna, composta por diferentes setores (mineração, construção civil, indústria manufatureira, empresas estatais, agronegócio e, periféricamente, algumas multinacionais instaladas no país), fortaleceu-se no interior do bloco no poder, deslocando a fração do capital financeiro que ocupou a posição hegemônica nos anos 1990. A aglutinação dessa fração se deu, em grande medida, em função dos efeitos negativos que a implementação do neoliberalismo ortodoxo gerou como a queda da balança comercial, desnacionalização da indústria nacional, a desestatização, etc. Esses diferentes setores se unificaram em torno dos seguintes pontos: a preferência nas compras governamentais, o acesso a financiamento estatal, o acesso a mercados externos, menor abertura comercial, o apoio à internacionalização das empresas brasileiras (BOITO, 2012). As negociações da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA<sup>7</sup>–, Mercosul-União Europeia e Organização Mundial do Comércio – OMC – exerceram um importante papel na aglutinação desses setores numa mesma fração. Ainda que, no princípio, o agronegócio e a indústria manufatureira tivessem posições distintas em relação ao acordo, ao longo dos anos, ao perceberem que a liberalização agrícola dos Estados Unidos e Europa dependia da abertura do mercado interno para produtos manufaturados, decidiram se juntar à burguesia industrial, passando então a atuarem através da Coalização Empresarial Brasileira (CEB), coordenada pela Confederação Nacional da Indústria.

Ao longo dos anos, a burguesia interna percebeu que os impasses no interior das negociações econômicas internacionais estavam ligados ao fato de que os Estados imperialistas Estado Unidos e Europa, não aceitavam diminuir os subsídios agrícolas. Assim, esses setores que nos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990 defenderam a implantação do neoliberalismo no Brasil (com exceção de algumas resistências seletivas), passaram a reivindicar do Estado brasileiro uma postura de maior enfrentamento face às propostas dos Estados imperialistas, contrária à abertura comercial unilateral que vinha sendo adotada (BERRINGER, 2015).

O fortalecimento da grande burguesia interna durante os governos Lula (2003-2010) esteve ligado à plataforma política neodesenvolvimentista, que se resume ao papel do Estado na promoção do crescimento econômico tendo em vista o fortalecimento do mercado interno e, o apoio as exportações e à internacionalização das empresas brasileiras (esses dois últimos elementos e a presença de outros setores que não só a indústria de transformação, indicam, de maneira breve, a escolha do prefixo “neo”) (BOITO, 2012). A política externa “sul-sul” foi, portanto, um instrumento fundamental para garantir maior margem de manobra

7. Acordo proposto pelos Estados Unidos em 1994 na Cúpula de Miami que previa a criação de uma área de livre-comércio entre os 34 países de continente.

em relação ao imperialismo. Destacou-se, em especial, o foco conferido à integração regional: o fortalecimento do Mercosul e a criação da Unasul (BERRINGER, 2015).

Até 2005 a política de integração regional cumpriu o importante papel de unificar a posição de parte dos Estados sul-americanos contrária à criação da ALCA. O conjunto de eleições de governos com discursos e práticas políticas contrárias ao neoliberalismo ortodoxo na região contribuiu para o arquivamento da proposta dos EUA em *Mar del Plata*. O Estado brasileiro, enquanto maior economia da região logrou beneficiar-se desse quadro, garantindo uma posição de coordenação política e apoio ao ciclo de governos progressistas na América do Sul.

Honório (2012) defende que em contraposição ao projeto de *regionalismo aberto* dos anos 1990, o Mercosul e a Unasul passaram a conformar o “novo regionalismo” nos anos 2000, dada a incorporação das pautas ligadas ao desenvolvimento, políticas de combate à fome e à pobreza, projetos políticos e obras de infraestrutura. Cabe lembrar que a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da Unasul foi um marco histórico na busca por maior distanciamento regional da dominação dos Estados Unidos. Além disso, a posição contrária à instalação das bases militares na Colômbia e outras iniciativas coordenadas pelo Estado brasileiro demonstraram a existência de conflitos pontuais entre os dois Estados, apesar de não ter havido rompimento das relações bilaterais, até mesmo após o escândalo da espionagem da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos à Petrobras e ao Ministério da Casa Civil, revelados em 2013.

Paralelamente a isso, os Estados Unidos firmaram acordos de livre-comércio com os governos aliados a ele na região, em especial, com o Chile, Peru e Colômbia. Assim, coube ao Estado brasileiro buscar formas de aproximar esses Estados e fortalecer as suas iniciativas regionais. Na verdade, desde 1994, já havia lançado a ideia de criação de uma Área de Livre-Comércio Sul-americana – ALCSA –, que não obteve muita adesão dada à adoção de neoliberalismo e à aproximação com os Estados Unidos na maioria dos países da América do Sul. A estratégia do Estado brasileiro depois do arquivamento da ALCA foi de se aproximar dos Estados com maior proximidade política-ideológica entre os governos que estavam na presidência, e criar mecanismo institucionais que ampliassem os compromissos dos Estados com a integração. Nesse sentido, criou-se o Parlamento do Mercosul e o Fundo de Convergência Estrutural – FOCEM –, e aprovou-se a entrada do Estado venezuelano em 2006, fato que só ocorreu em 2012 quando da suspensão do Estado paraguaio após o golpe de Estado que depôs o Presidente Fernando Lugo. Neste mesmo ano foi aprovada a entrada do Estado boliviano como Estado-membro do bloco, decisão que ainda aguarda a aprovação dos Congressos Nacionais dos Estados-membros. Além disso, o Estado brasileiro também buscou avançar sobre o projeto de aproximação entre Mercosul e a Comunidade Andina das Nações (CAN): o Equador, e a Colômbia se tornaram membros associados ao bloco, e foram firmados acordos de complementação econômica (ACE) com o Peru (2005), Equador, Colômbia, Venezuela (2004) e Cuba (2006).

A burguesia interna brasileira beneficiou-se amplamente do conjunto da política de integração regional liderada pelo Estado brasileiro durante os governos PT. As exportações saltaram de 11 bilhões de dólares em 2000 para 45 bilhões em 2011, sofrendo quedas em 2012, 2013 e 2014. Em 2015, as exportações foram na ordem de 31 bilhões de dólares, sendo que o fator agregado das exportações brasileiras para a América do Sul foi prioritariamente de produtos industrializados: 38 bilhões, em 2011, 84% do volume exportado foi de produtos manufaturados e semimanufaturados, e em 2015 a proporção foi de 80% dos total das exportações. Outro elemento importante foi o aumento do investimento externo direto brasileiro na América do Sul, através da instalação de plantas e aquisição de empresas. Como se pode ver na tabela abaixo, o Chile e a Argentina estão entre os principais destinos dos investimentos brasileiros direto.

Tabela 01: Investimentos diretos brasileiros por país de destino (US\$ milhões)

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total	24216	12135	18028	8462	30228	23475	13718	18208	24126
Chile	41	699	547	55	898	88	1066	84	264
Argentina	1312	528	620	191	530	1159	618	446	162
Colômbia	-	-	173	18	39	213	323	55	42
Uruguai	233	229	483	77	184	228	250	215	150
Bolívia	3	4	3	12	21	6	15	2	1
Venezuela	-	73	183	1	153	10	11	14	0
Equador	4	1	-	-	12	2	3	1	2

Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Elaboração própria.

Diante desses dados, entre 2003 e 2012, houve um forte apoio dessa fração as ações do Estado no plano regional. Nos documentos de posicionamento eleitoral da CNI em 2006 e 2010 há um forte apoio a política de integração regional, respaldada não só pelo comércio, mas também pelos interesses no investimento em infraestrutura – transporte e logística (CNI, 2007). Nesse sentido, passaram a requerer proteção jurídica aos investimentos externos diretos do Brasil e aumento do financiamento à internacionalização das empresas brasileiras (CNI, 2010), o que indica que havia uma convergência clara entre esses interesses e a atuação do Estado brasileiro.

O ponto de desacordo entre a burguesia interna e o Estado brasileiro na política regional foi o ingresso do Estado venezuelano. Os documentos da Fiesp diziam que as relações comerciais bilaterais já eram boas e que a entrada do Estado venezuelano no Mercosul poderia contaminar a agenda externa do bloco, ou seja, não concordavam com o discurso anti-imperialista dos governos Chavez e Maduro. Isso demonstra a fragilidade política e ideológica dessa fração burguesa, que apesar de necessitar da proteção do Estado e do mercado regional sul-americano, não deseja sustentar políticas de enfrentamento real com o imperialismo (BERRINGER, 2015).

Essa posição passou a se fortalecer em 2012, após o Golpe de Estado no Paraguai que depôs o Presidente Fernando Lugo, quando o Mercosul decidiu então suspender o Estado paraguaio do bloco, acusando-o de des-

respeitar a cláusula democrática firmada através dos Tratados de Ushuaia em 1998 e 2012. Em seguida, o Mercosul aprovou a entrada do Estado venezuelano como Estado-membro, dado que esse aguardava apenas a decisão do Congresso paraguaio para o seu ingresso no bloco. Esses acontecimentos acenderam os receios da burguesia interna sobre os contornos políticos que a integração regional mercosulina poderia assumir, em especial, na relação com os Estados Unidos e União Europeia: o medo de que posição política do Estado venezuelano pudesse contaminar a agenda externa do Mercosul.

Somou-se a isso mais seis elementos: 1) a assinatura da Aliança para o Pacífico (acordo de livre-comércio, bens, investimentos e proteção à propriedade intelectual que visa aproximar as economias da América Latina – Chile, Peru, Colômbia e México – cujo comércio é mais ligado à região da Ásia-Pacífico); 2) o acirramento da crise financeira internacional e a diminuição e a diminuição do crescimento econômico brasileiro; 3) a ofensiva imperialista sobre os governos progressistas na América do Sul; 4) o processo de reorganização da economia mundial tendo em vista o crescimento da economia chinesa que levou a aceleração das negociações dos mega-acordos de investimento e comércio como o Acordo de Parceria Transpacífica (TPP), Acordo de Comércio e Investimentos (TISA) e o Acordo Transatlântico; 5) a expansão das exportações chinesas de manufaturas para a região, que produziu queda nas vendas de produtos manufaturados nos mercados internos; 6) a Argentina – principal sócio do Estado brasileiro no Mercosul – também entrou em uma grave crise econômica a partir de 2011, aumentando a proteção à indústria local, trazendo com isso reflexos imediatos para as exportações brasileiras. Esse conjunto de elementos foi interpretado pela burguesia brasileira como um processo de isolamento da economia nacional, que seria fruto das “amarras” do Mercosul, da União Aduaneira, e da política externa “ideológica”. Ou seja, o Mercosul passou a sofrer o impacto da disputa entre os Estados imperialistas na busca pela recuperação das suas economias, diante à crise financeira internacional e da ascensão chinesa. Assim, a União Europeia, desde 2010 partiu para a reabertura da mesa de negociações do Acordo com o Mercosul e os Estados Unidos trataram de avançar as negociações do TPP como forma de pressão para o retorno de políticas neoliberais e de uma integração pauta pelo *regionalismo aberto*.

Ademais, foi nesse mesmo ano que a economia brasileira passou a registrar um declínio do crescimento econômico, fruto dos reflexos da crise financeira internacional e do início da crise política nacional que levou ao impeachment da Presidenta Dilma.

Como o Estado brasileiro tentou reagir a essa pressão externa e interna? Buscando expandir os acordos de complementação econômica com os Estados sul-americanos que assinaram a Aliança para o Pacífico (Peru, Chile e México), propondo a antecipação da implementação da tarifa zero de comércio para a região. Além disso, aprofundou os laços que mantinham o agrupamento BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, que veio a resultar na criação do Banco de Desenvolvimento, e no Arranjo de Contingente de Reservas.

Diante desse cenário, a grande burguesia interna teve uma mudança de postura em relação à integração regional? Ela teria se aliado aos interesses dos setores agroexportadores que visam aumentar o acesso aos mercados da Europa e dos Estados Unidos? Houve o fortalecimento dos setores ligados ao capital financeiro e de exportações de commodities no interior do bloco no poder e ela passou uma posição secundária? O argumento que aparece na imprensa e é bastante explorado pela oposição político-partidária – PSDB – é que a economia brasileira estaria isolada e a política externa dos governos PT teria sido “ideológica”. Defendem que as economias dos Estados que integram a Aliança do Pacífico e que assinaram o TPP mantiveram o crescimento econômico e que o Brasil estaria estagnado<sup>8</sup> Como avaliar crítica à suposta ideologização da política externa brasileira ela interesse primeiramente ao capital financeiro e ao imperialismo ou à grande burguesia interna? Essa fração tem sido a porta-voz dos interesses de outras frações ou a grande interessada no abandono da União Aduaneira do Mercosul?

8. Sobre essas posições ver: Barbosa (2014) e Lima e Abreu (2015).

Diante do quadro político nacional e internacional, as posturas críticas da burguesia interna em relação às imperfeições da zona de livre-comércio e aos contornos políticos do bloco ganharam força. Uma leitura dos documentos da Fiesp nos mostra que a entidade transitou de reticente à demandante do acordo Mercosul-União Europeia exatamente no momento em que a crise política se acentura no Brasil (depois de junho de 2013).

No relatório de pesquisa da Fiesp e do ICONE em 2012, que previa as expectativas de ganhos e perdas econômicas e o posicionamento político das principais associações setoriais face às negociações econômicas em curso na época, destacou-se que os acordos com a América do Sul eram os que mais favoreceriam as indústrias brasileiras, ao passo que acordos como o Mercosul-União Europeia poderiam trazer maior ganhos aos agronegócio (FIESP & ICONE, 2012). E no documento produzido pela Fiesp em 2014, ano eleitoral, defende-se que o Estado brasileiro deveria buscar aprofundar a integração regional, fazendo valer tanto o compromisso de livre-comércio intra-zona como buscando aperfeiçoar o compromisso da União Aduaneira, e a integração da região nas cadeias produtivas globais de valor, sendo uma das medidas para isso a conclusão do acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE) (FIESP, 2014). Acreditamos que um elemento que contribuiu para a alteração na posição da entidade em relação ao acordo com a UE teria sido a exclusão do Brasil, Argentina e Uruguai do Sistema Geral de Preferências (SGP) Europeu.

Ademais, é preciso considerar que o projeto do “novo regionalismo” estava intimamente conectado ao programa neodesenvolvimentista dos governos PT. Por isso, a crise política e o impeachment da presidenta Dilma tem fortes alterações sobre como as classes e frações de classe se comportam diante do governo e, mais especificamente, diante dos projetos de integração regional. Nesse sentido, o contexto internacional e a crise política nacional produziram efeitos diretos no Mercosul sobre a base de sustentação do governo, em especial, a grande burguesia interna, que no momento de crise política e econômica, preferiu se aliar com a burguesia compradora e o imperialismo a fim de colocar um freio às

políticas distributivas e ao aumento da margem de manobra do Estado brasileiro no cenário internacional.

Para seguirmos essa reflexão, passemos a ver um pouco mais de perto, a configuração do bloco no poder no Chile e a sua política externa.

#### Chile: bloco no poder e a política externa .....

A política externa do Chile centra-se fundamentalmente no fomento ao livre-comércio e liberalização das finanças. O Estado chileno se converteu em um dos países com mais acordos comerciais na esfera mundial: atualmente o Chile participa de 24 acordos com 64 países. Qualquer iniciativa global ou regional que possa impedir o livre-comércio, como o Mercosul, em função da União Aduaneira, tem pouca probabilidade de conseguir apoio do Estado chileno. Por isso, o forte interesse do Estado chileno nos acordos de “regionalismo aberto” na América Latina como a Aliança do Pacífico, que permite expandir suas atividades com os países da região sem ao mesmo tempo prejudicar os acordos comerciais já firmados com os Estados Unidos, Europa e Ásia. Apesar disso, o Estado chileno tem interesse em manter boas relações com o Mercosul porque os setores importantes da economia chilena dependem deste mercado. O segundo governo de Michelle Bachelet, reeleita em 2013, colocou como objetivo aproximar a Aliança do Pacífico do Mercosul. Com a vitória eleitoral de Mauricio Macri, na Argentina, e processo de impeachment da presidenta Dilma, esta aproximação tem caminhado no sentido da abertura crescente do Mercosul, isto pode ser um retorno ao regionalismo aberto.

A dedicação do Chile ao regionalismo aberto, em grande medida, pode ser explicada pelas características do bloco no poder chileno: a burguesia compradora ocupa a posição hegemônica e deste modo dirige o bloco no poder. Ainda que existam certas contradições no interior do bloco, a burguesia dependente do mercado interno é muito pequena e pouco expressiva politicamente, a maioria das empresas chilenas geram 50% ou mais dos seus lucros no exterior (FAZIO, 2011, p. 155). A burguesia chilena é fortemente marcada pela dependência em relação ao capital financeiro e pela extração de recursos naturais, que em sua maioria são destinados aos mercados asiáticos. Por isso, entender o bloco no poder chileno é crucial para analisar a sua política externa.

Para entender a posição hegemônica da fração financeira do bloco no poder no Chile é necessário retroceder ao aumento da liquidez internacional de meados dos anos 1970 que puseram a posição vantajosa para liderar o bloco no poder.

O surgimento da liquidez internacional e dos empréstimos para a América Latina nos anos 1970 converteu a atividade financeira em curto prazo em alta rentabilidade. Três fatores importantes contribuíram para o aumento da disponibilidade dos empréstimos. Primeiro, a emergência do mercado de eurodólares que significou que havia maiores reservas disponíveis para empréstimos, junto com a maior autonomia dos mercados financeiros e dos sistemas bancários nacionais (STALLINGS, 1987, p. 148-150). Segundo, aumentou o acesso às finanças na América Latina devido à expansão das filiais bancárias na região, já que os bancos seguiram os

seus clientes (as empresas multinacionais) para não serem substituídas por fontes locais de créditos (STALLINGS, 1987, p. 84-94). Finalmente, o aumento do preço do petróleo nos anos 1973-1974 contribuiu para a recessão nos países centrais e a conseqüente queda da demanda dos empréstimos. Conseqüentemente, os bancos começaram a oferecer empréstimos para os Estados periféricos competindo entre si, o que gerou o aumento da quantidade de empréstimos e, ao mesmo tempo, a redução dos custos dos mesmos (STALLINGS, 1987, p. 94-102, 161-165). O aumento da liquidez internacional contribuiu para a prosperidade do capital financeiro em toda a América Latina: o papel do sistema bancário como intermediário entre os credores estrangeiros e os receptores domésticos era muito lucrativo. Como conseqüência, em quase todos os países que emprestavam os setores financeiros comerciais cresceram rapidamente e a especulação financeira desviou recursos dos projetos industriais a longo prazo e contribuiu para a concentração econômica (MAXFIELD, 1989).

No Chile, os mesmos processos que conduziram ao fortalecimento da fração financeira contribuíram para a aguda deterioração da indústria voltada para o mercado interno. Durante os anos 1973-1974 o preço do petróleo no Chile, país que dependia de 50% das importações dessa energia fóssil, aumentou quatro vezes. Isso levou ao enfraquecimento dos produtores voltados ao mercado interno, uma vez que perderam a competitividade *vis-a-vis* às importações (SILVA, 1996, p. 102-103). Em outras palavras, a situação internacional conduziu a alteração dos lucros dos setores industriais para os setores financeiros. Essa situação, combinada com a política do regime militar, levou a reestruturação do bloco no poder. Durante a década de 1970 a ditadura facilitou o desenvolvimento do setor financeiro.<sup>9</sup> A mudança de atitude do regime em relação à integração regional estava vinculada com essa transformação. Em 1976 o Chile abandonou a Comunidade Andina das Nações (CAN), que anteriormente ocupou um papel importante na relação de fortalecimento da indústria chilena (CASTELLS, 1974, p. 62-70).

Sem entrar nos detalhes da conformação do bloco no poder nos anos 1980 até o presente momento, se pode dizer que a fração hegemônica do bloco no poder chileno é a financeira. Os grandes grupos econômicos, que concentram atividades em poucas empresas interconectadas no Chile, estão fortemente vinculados às atividades financeiras (FAZIO, 2010, p. 285-288). Desde os anos 1990, a expansão do sistema financeiro no Chile, o converteu no maior sistema financeiro doméstico da América Latina (STALLINGS, 2006, p. 45-183). O setor financeiro é tão importante que muitas das medidas anti-inflacionárias do Banco Central que o favorece, funcionam contra outros setores da burguesia compradora, como as exportações minerais (exceto o cobre), agrícolas e industriais. A apreciação da moeda que acompanha o crescimento do valor das exportações da cobre afeta os exportadores de manufaturas e o setor agrícola. Isso foi evidente durante a crise dos anos 2009-2010 quando Chile foi um dos países latino-americanos que não interveio na taxa de câmbio para conter a apreciação da sua moeda (FAZIO, 2011, p. 125-133).

Os tratados de livre-comércio e integração regional também tem sido a causa de conflitos no interior do bloco no poder: as negociações

9. Antes da crise financeira de 1982-1983 liberalizou-se a conta de capitais e criaram-se os fundos privados de pensiones. A crise, a maior do Chile desde a grande depressão de 1929, teve como o conseqüência a implementação das algumas regulações do mercado financeiro e importância maior de outra fração da burguesia compradora – exportação das matérias primas.

com o Mercosul nos anos 1990 opuseram os agricultores cuja produção é voltada ao mercado interno (produtores de frango, porco, leite, entre outros) que temiam a concorrência com o bloco regional. Os mesmos setores se opunham à ALCA (BULL, 2008). Os agricultores mostravam interesse no aumento do poder aquisitivo da população chilena, o que não foi acolhido pelas frações hegemônicas (FAZIO, 2011, p. 150-153).

A maioria das exportações chilenas se concentram em recursos naturais, especialmente o cobre e os produtos da mineração: em 2010 os recursos naturais representavam 90% das exportações totais do Chile (em comparação com aproximadamente 80% das exportações do Brasil) (FOXLEY, 2014, p. 15). O destino principal das exportações chilenas é a China, seu mais importante sócio comercial, e esta é uma das razões para as quais a integração Ásia-Pacífico é tão forte para o Estado chileno. E o principal destino das exportações chilenas fora o cobre são para os Estados Unidos, por isso, o Estado chileno também tem interesse boas relações.

Em 2015, o Chile se converteu no primeiro país não-asiático a assinar um tratado de livre-comércio com a China. A grande debilidade da posição da indústria chilena no bloco no poder fez com que o tratado pudesse ser firmado sem maior resistência, já que são poucos os setores que vêm sendo afetados pelo aumento do volume das importações chinesas. A China exporta para o Chile principalmente produtos têxteis, vestuários, lingerie, produtos mecânicos, elétricos e eletrodomésticos e importa cobre, salitre, papel, celulose, farinha de peixe, madeira, etc. (ECHEBARRÍA; ESTEVADEORDAL, 2014)

Em função da força do sistema financeiro chileno descrita anteriormente, o Chile não sem razão, se converteu em uma plataforma da internacionalização do *yuan* na América Latina. Durante a última visita (maio de 2015), o primeiro ministro chinês, Li Keqiang, acordou a criação de um banco de compensação em *renminbi* no Chile, o Banco de Construção Chinesa, que permitirá efetuar os pagamentos nesta moeda no seu país e no resto da América Latina. Desta forma, o Chile se tornará a capital regional do *renminbi* e será a plataforma de internacionalização da moeda chinesa da América Latina.

A Aliança do Pacífico se tornou a principal iniciativa de integração regional liderada pelo Chile, que reúne Estados que mantiveram o neoliberalismo ortodoxo como plataforma política e econômica dos seus governos. Não por acaso, esses Estados mantêm alianças e tratados com os Estados Unidos, ainda que o acordo entre eles tenha como foco a Ásia. O bloco é conhecido, sobretudo, pela abertura comercial e pela visão de regionalismo aberto, já que aponta para uma ambiciosa agenda de acordos desse tipo (vários desses Estados também firmaram acordos comerciais com a União Europeia).

A iniciativa da Aliança para o Pacífico é frequentemente vista como um projeto oposto à concepção de integração defendida pelo Estado brasileiro na América do Sul (GOULART MENEZES, 2014). Mas, a dependência das empresas chilenas do mercado brasileiro e as suas dificuldades de competir com as empresas imperialistas fazem com que o Estado chileno não possa abandonar as relações com os Estados do Mercosul.

O principal destino das empresas chilenas é o Brasil (seguido dos países da Aliança do Pacífico, Peru e Colômbia): destacam-se a fusão das aerolíneas Lan com a Tam e a aquisição da cadeia de supermercado Bretas pela Cencosud (FAZIO, 2011, p. 59). Dado o pequeno tamanho do mercado chileno, a indústria vinculada aos transportes e ao varejo, entre outras, depende do mercado regional. ,

Ainda é importante destacar que diferentemente dos Estados peruano e colombiano o Estado chileno é bastante favorável à atuação do Conselho de Defesa Sul-americano da Unasul. Segundo Pierre e Lopes (2014), o fato de não haver muitos conflitos agrários e nem mesmo uma presença marcante do narcotráfico faz com que o Estado chileno seja favorável a existência do CDS. Isso confronta análises que avaliam a incompatibilidade da Aliança do Pacífico e do Mercosul para a construção da Unasul. Aqui percebe-se maiores fissuras e contradições que não são necessariamente da ordem da política comercial e dos interesses das burguesias. Outros elementos como a presença ou não de conflitos agrários pode ter efeito sobre a ação política dos Estado sul-americanos na região (SAINT-PIERRE; LOPES, 2014).

O Chile firmou em 1996, o Acordo de Complementação Econômica com o Mercosul e participa enquanto membro associado do bloco, assim como Peru e a Colômbia. Não por acaso, em 1999, os investimentos chilenos na América Latina (especialmente na Argentina) começaram a diminuir em função da crise econômica mundial e do aumento do custo de financiamento externo das empresas dos países em desenvolvimento (FAZIO, 2000, p. 37-45). Este é um dos fatores que podem explicar porque o Chile o distanciamento do Chile do Mercosul e a assinatura do tratado de livre-comércio com os Estados Unidos, e, recentemente a firma do Acordo de Parceria Transpácífica (TPP). É importante destacar o tanto o Tratado de Livre-comércio com os Estados Unidos, como a Aliança para o Pacífico e o TPP inscrevem-se na agenda OMC-plus que passou a ser defendida pelos Estados Unidos após o fracasso da Rodada Doha em 2003 e após o arquivamento da Alca em 2005.

### Conclusões

A compreensão da estrutura dos blocos no poder é fundamental para entender as políticas de Estado em relação às iniciativas de integração regional. Ainda que não seja o único fato que explique essas iniciativas, a influência dos interesses de classe na formulação das políticas regionais faz com que não se possa ignorar esse fator. Tanto no Chile como no Brasil as associações empresariais participam fortemente das negociações econômicas regionais.

O agrupamento de frações burguesas segundo as categorias propostas por Nicos Poulantzas tem a importância de mostrar como a política doméstica está umbilicalmente ligada à política internacional. Ainda que cada fração da burguesia tenha relações internas contraditórias que podem influenciar as particularidades de cada política, a direção da política externa dos Estados está particularmente vinculada à fração hegemônica do bloco no poder na sua totalidade.<sup>10</sup>

10. É importante destacar que as lutas populares, que não foram analisados neste artigo, também influenciam a direção da política exterior, mas isto da sua força social e política, e da composição de aliança e frentes com as classes e frações de classe dominantes. A aproximação do governo do Estado chileno com o Mercosul é parcialmente uma resposta às lutas populares que constituem a base social do seu governo. Por isso, ela é em grande parte simbólica e midiática, e buscam na verdade, a conversão do Mercosul em regionalismo aberto.

Os casos estudados demonstram como a hegemonia da burguesia compradora no Chile influencia na relação deste Estado com o imperialismo (tratado de livre-comércio com os Estados Unidos, por exemplo) e com o contorno da política regional que ocupa centralidade na estratégia da política externa, nesse caso, a Aliança do Pacífico, e a estratégia do regionalismo aberto. Isto é: uma regionalização pautada na liberalização comercial, na harmonização das políticas macroeconômicas, na adoção de regras e leis que atendam aos das grandes corporações financeiras internacionais e das empresas transnacionais. O resultado é o aumento da subordinação dos Estados dependentes ao imperialismo e a hegemonia do capital financeiro e das burguesias compradoras no bloco no poder.

O caso do Brasil aponta a existência de uma relação conflituosa na qual houve uma revisão do projeto inicial do Mercosul pautado pelo *regionalismo aberto* para a tentativa de construção de uma integração multidimensional que pudesse caminhar para uma integração produtiva como previa Prebisch em 1959. Tratar-se-ia de um processo ao mesmo tempo completar e necessário para a industrialização da região (MEDEIROS, 2008). O chamado “novo regionalismo”, pautado em aspectos políticos, sociais visa uma integração profunda que inclua os aspectos econômicos, políticos e sociais, que podem de gerar maior autonomia de ação dos Estados e da região face ao imperialismo (RUIZ, 2013). Atualmente, esse processo está ameaçado um elemento importante levantado por Medeiros (2008) é a ausência de uma “locomotiva” da integração. Isto é: uma economia/Estado capaz de liderar o processo de integração como fez a Alemanha na União Europeia após a reunificação nos anos 1990. Ademais, faz-se necessário um processo de mudança estrutural nas sociedades envolvidas e de um arcabouço financeiro para as indústrias e para a infra-estrutura. Nesse caso, os aportes do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul são insuficientes, os acordos produtivos e os projetos de infra-estrutura são setorializados. O que impediu parte do avanço desse processo.

Defendemos que o caráter da grande burguesia interna brasileira impôs limites aos compromissos do Estado e, sobretudo ao distanciamento e nível de conflitividade o que este pode assumir com o imperialismo. A contradição presente nesse caso é que essa fração, cuja produção é, prioritariamente voltada ao mercado interno e regional, e, ao mesmo tempo, é dependente tecnológica e financeiramente do capital externo. Isso a coloca numa posição dúbia, de defesa da integração regional de novo tipo, pautada na busca por interação digirida e profunda entre os países, que busque avançar na construção de infra-estrutura, de acordos produtivos, na diminuição das vulnerabilidades externa, de fortalecimento das indústrias e dos mercados internos, mas, ela não admite que isso não resulte em uma posição anti-imperialista. Isso está ligado tanto ao aspecto estrutural da dependência desta fração em relação ao capital externo, como da sua fragilidade político-ideológica. Essa questão também levou que ela esteja transitando de posição, defendendo atualmente o abandono da união aduaneira e a aprovação do Acordo Mercosul-União Europeia.

Em suma, o tipo de integração está ligado à fração hegemônica no interior do bloco no poder de cada Estado. A diferença entre o projeto mercosulino e a iniciativa da Aliança para o Pacífico dizem respeito aos

graus de desenvolvimento do capitalismo e a existência ou não de burguesias internas com maior força dentro das formações sociais sul-americanas. Isso aparentemente impunha um limite à construção da Unasul, que não poderia se tornar uma União Aduaneira, dado que a tarifa externa comum acordada entre os Estados-membros do Mercosul conflita com os tratados de livre-comércio adotados pelos Estados que fazem parte da Aliança para o Pacífico. Por isso, interessava uma organização com baixo perfil institucional e com poucos compromissos políticos entre os Estados-membros. Assim mesmo, para avançar no projeto de integração política e social na região, a Unasul dependerá de uma política de cooperação financeira e integração produtiva. Nesse sentido, o Banco do Sul que ainda é muito mais um esboço do que um projeto poderá vir a cumprir esse papel. Ou, pode-se buscar parte desse recurso no Banco do BRICS. Mas, para isso se efetivar não poderia estar em curso uma mudança no interior do bloco no poder no Brasil e na Argentina, levando ao retorno da adoção de políticas neoliberais e de subordinação ao imperialismo, que indica muito mais o retorno da estratégia de regionalismo aberto no Mercosul do que a construção de um projeto profundo e de mudanças estruturais na região.

#### Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Capitais brasileiros no exterior. 2015. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/cbe.asp>>.
- BARBOSA, R. Mercosul: retórica e realidade. **Política Externa**, São Paulo, v. 22, n. 4, 2014.
- BERRINGER, T. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Editora Appris, 2015.
- BOITO Jr., Armando. "A nova burguesia nacional no poder". In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.
- BULL, B. Policy networks and business participation in free trade negotiations in Chile. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 40, n.2, 2008, p. 195-224.
- CASTELLS, M. **La lucha de clases en Chile**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- CEPAL. Regionalismo aberto na América Latina e no Caribe. IN: BIELCHOWISKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Vol 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. Pp.937- 958.
- CNI. **Crescimento**: a visão da indústria. Brasília, 2006.
- CNI. **Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: investimentos diretos no exterior**. Brasília, 2007.
- CNI. **A indústria e o Brasil**: uma agenda para crescer mais e melhor, 2010.
- ECHEBARRÍA, L. E.; ESTEVADEORDAL, A. Alianza del Pacífico: un nuevo motor de integración regional. IN: FOXLEY, A.; MELLER, P. **Alianza del Pacífico: en el proceso de integración latinoamericana**. Santiago: Cieplan, 2014, p.27-42.
- FAZIO, H. **La transnacionalización de la economía chilena**. Santiago: Lom, 2000.
- FAZIO, H. **La crisis económica modifica el mapa de la extrema riqueza**. Santiago: Cenda, 2010.
- FAZIO, H. **Un país gobernado por uno de sus dueños**. Santiago: Lom/Cenda, 2011
- LIMA, F.; ABREU, S. Mercosul e política externa brasileira. NAFTA e comércio exterior mexicano. Crises e desafios. **Política Externa**, São Paulo, v. 23, n. 3, 2015.
- FIESP. Propostas de integração externa da indústria – Documento de posição.2014. Disponível em <[www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)>. Acesso em 10 de junho de 2015.

FIESP & ICONE. Análise quantitativa das negociações internacionais – Relatório do Projeto. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/berringer.tatiana/Downloads/AnaliseQuant\_Relatorio.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2015.

FOXLEY, A. Nuevo desafío para América Latina: integración productiva. IN: FOXLEY, A.; MELLER, P. **Alianza del Pacífico: en el proceso de integración latinoamericana**. Santiago: Cieplan, 2014, p.13-26.

GOULART MENEZES, R. La Alianza del Pacífico y la estrategia de integración sudamericana del Brasil. IN: SOTO ACOSTA, W., **Política integracional e integración regional comparada en América Latina**. San José: Flacso, 2014, p.81-92.

HONÓRIO, K. d. S. O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. San Tiago Dantas, 2012. Dissertação (mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais)

MAXFIELD, S. National business, debt-led growth, and political transition in Latin America. IN: STALLINGS, B; KAUFMAN, R. **Debt and democracy in Latin America**. Boulder: Westview Press, 1989.

MEDEIROS, C. A. Os dilemas da integração sul-americana. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, dezembro 2008.

PEREIRA, Ruy. O valor do Mercosul. *Política Externa*, v. 22, n. 3, 03 fev. 2014.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, N. **Classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

RUIZ, J. B. Ejes y modelos em la etapa actual de la integración económica regional en América do Latina. **Estudios Internacionales**, Santiago de Chile, n. 175, 2013.

SAINT-PIERRE, H.; LOPES, D. Percepções de segurança regional no âmbito da Unasul: o Conselho de Defesa Sul-americano. IN: AYERBE, L. F. **Territorialidade e entrecruzamentos geopolíticos na América Latina**. Cultura Acadêmica: Fundação Memorial da América Latina, 2014, cap. 11.

SILVA, E. **The state and capital in Chile: business elites, technocrats, and market economics**. Boulder: Westview Press, 1996.

STALLINGS, B. **Banker to the Third World: US portfolio investment in Latin America: 1900-1986**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1987.

STALLINGS, B. **Finance for Development: Latin America in Comparative Perspective**. Washington, DC: Brookings Institution Press & ECLAC, 2006.